

## RESOLUÇÃO DA CONFERÊNCIA SINDICAL NACIONAL DO PT

*São Paulo – 26 e 27 de julho de 2007*

O PT nasceu das lutas dos trabalhadores brasileiros contra a ditadura militar, o arrocho salarial, em defesa dos direitos da população mais pobre, exigindo políticas públicas do Estado, e lutando pela construção de outra sociedade, justa e igualitária. Um partido da classe trabalhadora, de combate, de luta.

Sua personalidade fortemente anti-capitalista fez do PT a principal força política de esquerda do Brasil, uma das principais da América Latina e uma das referências da esquerda e dos trabalhadores no mundo contemporâneo.

Somos fruto do amadurecimento dos movimentos sociais e da classe trabalhadora, que compreenderam a necessidade de uma organização capaz de operar as transformações no Estado, de maneira a atender às suas demandas, na perspectiva de um projeto alternativo de poder, que pressupunha construir um país soberano, democrático e com justiça social. A construção do partido representou a organização de um novo instrumento de intervenção social e política que, até então, não existia, nos moldes sonhados por aquela militância.

Passados 27 anos, após a eleição de milhares de parlamentares nas três esferas, a conquista de centenas de governos municipais, alguns governos estaduais e do governo federal, vivemos numa conjuntura doméstica e internacional absolutamente diferente daquela da criação do PT. A riqueza de origens permitiu ao partido construir um comportamento em relação aos movimentos sociais que significou enorme avanço na compreensão da sua importância estratégica, distanciando-se da forma de agir que os partidos populistas ou da esquerda tradicional sempre tiveram, inaugurando uma nova maneira de relacionamento com a população organizada.

O companheiro Lula é resultado destas lutas e desse acúmulo. Uma liderança política das mais representativas e legitimadas da história republicana que, depois de mais de duas décadas de combate nos movimentos sociais e nos espaços institucionais, chegou (e nós todos chegamos juntos) ao governo central do Brasil. Foi nas lutas que nos forjamos e tornamo-nos alternativa à agenda privatizadora dos governos anteriores, vencendo duas eleições onde a burguesia e sua mídia tudo fizeram para nos derrotar.

Nosso governo enfrenta uma dupla pressão. De um lado as forças conservadoras que tudo fazem para manter a agenda derrotada nas eleições de 2006, e de outro a base social que construiu e elegeu o PT. Embora compreendamos a difícil correlação de forças na nossa sociedade, somos de opinião que, em hipótese alguma, é possível nos submetemos à agenda derrotada e menosprezar as necessidades e reivindicações dos trabalhadores organizados.

Quando nascemos, tínhamos nos operários, trabalhadores rurais e demais trabalhadores organizados, nos estudantes, nos setores médios e no funcionalismo público, nossa base social. A partir do primeiro governo Lula, essa base se ampliou. Hoje somos um partido que é referência para as amplas massas de trabalhadores excluídos e desempregados. Os pobres têm no governo Lula uma expectativa de respostas às suas necessidades e reivindicações, pela sua origem social e pela identidade de classe.

O PT se construiu democraticamente pela base, nos núcleos, no debate democrático. Hoje no governo, o PT não pode perder suas raízes sociais e combativas, pois nos movimentos sociais e na luta do povo estão os alicerces da sustentação e defesa de um governo comprometido com as reivindicações dos trabalhadores. Temos no país um governo em disputa, num terreno em que a luta de classes está viva, e a justificativa da governabilidade (aliança com outras forças para garantir base de apoio parlamentar) não pode servir para descaracterizar nossas propostas e concepções.

Nosso partido, ao chegar ao governo, não pode menosprezar as necessidades e reivindicações dos trabalhadores organizados. Nossos parlamentares e dirigentes não podem esquecer suas origens, pois em sua maioria são oriundos dos movimentos populares ou sindicais e sempre estiveram engajados nas mobilizações dos trabalhadores.

O primeiro mandato de Lula representou um marco na relação do governo federal com a sociedade civil organizada, que passou a ser respeitada, legitimada e valorizada. O governo reconheceu o papel das entidades sindicais, por meio das quais faz a interlocução com o mundo do trabalho. Ao abrir espaço à participação popular, o nosso governo promoveu a socialização do poder. Esta participação não escamoteou os conflitos, ao contrário, permitiu que eles aflorassem, exigindo do governo mais presteza no atendimento das reivindicações e dos movimentos, grande amadurecimento ao se apropriarem das informações do Estado.

Os avanços que os movimentos sociais obtiveram com o governo Lula não têm paralelo na história, embora a nossa expectativa fosse bem maior. Na área trabalhista, houve uma série de conquistas, como a criação de mais de cinco milhões de empregos formais, a recuperação da renda, a elevação do salário mínimo e uma política de valorização permanente, a correção da tabela do Imposto de Renda, a aprovação do Estatuto do Idoso, a facilitação de crédito para trabalhadores com desconto em folha, que fez aumentar o consumo, e a produção. Tivemos os projetos de acesso ao primeiro emprego, à qualificação profissional e o combate ao trabalho escravo e infantil.

O fato do primeiro mandato de Lula ter sido melhor do que qualquer outro governo que o antecedeu não pode ser usado para esconder que existiram muitas insuficiências e equívocos na sua condução política e administrativa. A criação da Lei de Falências e do Super Simples sem qualquer diálogo com a CUT e a relação conflituosa com o funcionalismo público federal são alguns exemplos de ações e comportamentos políticos do nosso governo que poderiam ter sido melhores.

A nossa sociedade é composta de mais de um lado e nós sabemos, exatamente, de que lado estamos. Sempre que necessário iremos às ruas para barrar ameaças de golpe e garantir a governabilidade. Entretanto, não vamos titubear em também ir às ruas para defender os avanços que julgamos imprescindíveis, neste segundo mandato, e protestar contra medidas que possam causar prejuízos aos trabalhadores.

Consideramos necessário aprofundar a mobilização social, o diálogo com os setores desorganizados e criarmos formas de potencializar suas demandas, de maneira a tensionar o governo para a esquerda, pois, com certeza, outros pressionarão no sentido contrário. Um importante instrumento para isto é a constituição de mecanismos de controle social, com a realização de conferências e constituição de conselhos com caráter deliberativo, independência financeira e maioria de representantes de trabalhadores e usuários, garantidos por lei. O movimento sindical tem papel fundamental nessa ação e os petistas que lá atuam devem contribuir de maneira sistemática e organizada para essa disputa.

Devemos contribuir criticamente com as agendas positivas do nosso governo, somando-nos aos projetos e ações que, de maneira inequívoca beneficiam os trabalhadores e a população mais pobre. O PAC aponta para mudanças significativas, pois possui elementos importantes para contribuir com a superação do conservadorismo econômico, colocando o Estado no papel de indutor do crescimento.

No entanto, a concordância com a concepção geral do PAC não implica concordância com todas as suas medidas integrantes. É necessário debater temas como o endividamento dos estados, o tamanho do superávit primário, a política de concessões ao capital privado e a ausência da cobrança de contrapartidas sociais. Existem, além disso, diversas medidas negativas embutidas no Plano, como a que congela os gastos no serviço público nos próximos dez anos (PLP 01/2007). Não podemos esquecer que o PAC é produto da política de coalizão na qual se apóia o governo Lula e, portanto, é um projeto em disputa por diversos setores sociais com interesses contraditórios.

## RELAÇÃO DOS SINDICALISTAS COM O PT E O GOVERNO

Os militantes sindicais petistas sempre defenderam (e continuam defendendo) que um ativista partidário deve atuar nas organizações de classe disputando as propostas mais adequadas para o avanço da categoria, mas compreendendo que estas organizações devem ser independentes do Estado e dos partidos, ter sua dinâmica própria, e não aceitarem ser transformadas em “correias de transmissão” da ação partidária ou estatal.

É consenso, que o partido necessita “ouvir” e estar sempre em contato com as organizações de luta dos trabalhadores, de maneira a não se limitar à ação institucional, que é fundamental, mas insuficiente para garantir a verdadeira participação democrática da população, que se dá por meio do movimento organizado. O movimento sindical, pode ser uma “sementeira” de militantes, que no processo de crescimento político se tornam lideranças partidárias e da sociedade como um todo, qualificando e ampliando a luta, ocupando espaços no Executivo e no Legislativo, porém mantendo o vínculo e o compromisso com suas bases.

O excesso de autonomia das nossas bancadas e o fato de se nortearem pela lógica dos mandatos, em detrimento das demandas do Partido e da sociedade civil organizada, têm causado sérios prejuízos na conquista de direitos, combate às injustiças e na luta por uma sociedade socialista. A relação com o Partido, à medida que conquistamos espaços na institucionalidade, também foi se distanciando. Hoje, nos deparamos com um verdadeiro fosso entre militantes do partido com atuação voltada para a estrutura partidária ou parlamentar e àqueles que optaram por atuar no mundo sindical. Necessitamos, com urgência, vencer esse distanciamento e voltarmos a ter uma atuação conjunta, coesa e colaborativa.

A presença de militantes petistas em todas as instâncias da CUT e na direção da maioria dos sindicatos brasileiros é um dos grandes diferenciais do PT. Esta militância plural ajudou o partido a crescer, a ponto de ter se transformado na agremiação política mais importante do país e ter conquistado o governo central. O movimento sindical, sem sombra de dúvidas, é o segmento organizado com maior peso na história do Partido e um dos responsáveis pela capilaridade do partido pelo país afora.

Entendemos que a organização dos setoriais foi uma decisão acertada e resultado do acúmulo coletivo ao longo destes anos todos. É uma das formas da militância atuar no partido de maneira orgânica, qualificada, promovendo a interação que enriquece, tanto o partido, como os movimentos sociais. O PT por outro lado, como partido de massas, tem um papel fundamental na institucionalidade, dando voz e estabelecendo pontes com o movimento social que, em contrapartida, contribui para a oxigenação das instâncias partidárias e sua relação mais íntima com a população organizada.

Durante nossas atividades sindicais, nos deparamos com a contradição de defendermos um governo comprometido com os trabalhadores, mas que, por outro lado, não consegue superar rapidamente a enorme dívida social, que o movimento sindical, legitimamente, cobra. Enfrentamos, também, a instrumentalização que os opositores do governo – à esquerda e à direita – fazem deste conjunto de dificuldades com objetivos eleitoreiros ou por disputa de suas posições no interior do movimento. É nesse novo quadro político que o petista com atuação no movimento sindical exerce a sua militância e, muitas vezes, se depara com situações de grande conflito.

A experiência acumulada e as posições que historicamente defendemos permitem que, hoje, a nossa atuação se dê a partir de premissas tais como: autonomia dos movimentos frente ao partido e ao governo, compreensão que este governo é uma conquista dos próprios movimentos, certeza que os petistas devem continuar contribuindo para a politização dos movimentos, e a compreensão de que são naturais as críticas ao governo pelo não atendimento de determinadas reivindicações. Apesar disso, a discussão sobre a intervenção dos petistas no movimento sindical não está devidamente consolidada, dando espaço para o voluntarismo, a falta de norte e visão unitária, permitindo divisões ou disputas entre petistas.

A outra face desta mesma moeda é a incorporação pelo partido das demandas sindicais. As teses sobre concepção e prática dos sindicalistas precisam voltar a serem assumidas pelo conjunto do partido, pois são proposituras elaboradas a partir da experiência concreta e do compromisso ideológico de quem milita na área. O partido precisa voltar a assumir e se empenhar em lutas importantes do movimento sindical, como a luta pela alteração da estrutura sindical vigente e pela democratização dos meios de comunicação.

## **NOSSAS PRIORIDADES PARA O PRÓXIMO PERÍODO**

### **1) Luta pelo Desenvolvimento e distribuição de renda**

É importante lutarmos contra os aspectos negativos do Plano de Aceleração do Crescimento e o aprofundamento dos positivos, tais como os projetos referentes à bioenergia - a exemplo do biodiesel e do etanol - intimamente ligados à reforma agrária e à agricultura familiar. O PAC tem diversos aspectos positivos que poderão ser ampliados se as seguintes medidas forem tomadas:

- Retirada do PLC 01/2007, mecanismo de limitação das despesas com funcionalismo para cada um dos poderes da União e sua discussão na mesa nacional de negociação permanente;
- Fixação de metas de emprego e formalização do trabalho;
- Participação das centrais sindicais no comitê gestor para acompanhamento e avaliação dos projetos de investimento;
- Instauração de comissões setoriais tripartites para acompanhamento dos projetos de investimento e de concessões de incentivos fiscais;
- Estabelecimento de novas regras para o uso do FGTS, com a participação das centrais sindicais no órgão gestor do Fundo de Investimento e garantia de um retorno anual financeiro mínimo para os recursos que serão utilizados pelo Fundo;
- Inclusão de metas para as políticas sociais que contribuam para acelerar o crescimento e o emprego;
- Desconcentração da posse da terra, mantendo as famílias no campo, via Reforma Agrária e o fortalecimento da agricultura familiar, além do fomento de crédito, apoio técnico, formação profissional e organização em cooperativas;
- Redução constitucional da jornada de trabalho sem redução de salário;
- Participação das entidades sindicais, representativas dos trabalhadores na construção civil, no acompanhamento das metas de emprego, na formalização do trabalho e que também garantam que os incentivos concedidos se reflitam, na devida proporção, na queda dos preços de imóveis acabados e de material de construção civil;
- Estabelecer uma política creditícia que contemple a participação de todo o sistema bancário no financiamento dos projetos listados no PAC e aqueles dele derivados; que institua mecanismos que obriguem os bancos a reduzirem o **spread** e as tarifas bancárias; que ampliem e estendam o crédito direcionado para empresas geradoras de emprego e, por extensão, renda aos trabalhadores.

### **2) Organização Partidária**

Reafirmamos a importância estratégica dos setoriais como interlocutores privilegiados do partido junto a esses movimentos e como espaço de elaboração teórica. Valorizar a participação dos sindicalistas e ativistas de outros segmentos na estrutura do partido é dar-lhes instrumentos para contribuir nas decisões.

Para avançarmos na organização do movimento sindical no interior do partido e dos petistas que atuam no movimento sindical pretendemos desenvolver as seguintes ações:

- Retomada dos núcleos de base por categorias profissionais, ou por local de trabalho, como maneira de garantir a efetiva participação dos ativistas sindicais de base na vida orgânica do partido e para que este volte a fazer parte do cotidiano dos trabalhadores;

- Fortalecimento das secretarias sindicais estaduais e dos coletivos, cobrando do partido o reconhecimento e a valorização política dos secretários e dos coletivos sindicais;
- Busca constante da unidade entre os petistas, em especial nas eleições sindicais (sempre respeitando a autonomia sindical), evitando que militantes do partido participem de chapas que se opõem;
- Cobrar o envolvimento de todo o partido, principalmente de suas instâncias de direção, nas eleições sindicais, apoiando as chapas de petistas e contribuindo para a busca da unidade dos militantes partidários no interior do movimento;
- Realização de outras conferências nacionais, precedidas de conferências estaduais, de maneira a debatermos com mais frequência no interior do partido os assuntos que dizem respeito ao mundo do trabalho;
- Cobrança, das direções partidárias e das bancadas, de uma relação mais próxima dos vereadores, deputados estaduais, federais e senadores com o movimento sindical de maneira a evitar que estes defendam propostas em contradição com as lutas e as demandas do movimento sindical combativo;
- Lutar para que os encontros setoriais voltem a eleger delegados, com direito a voz e voto, para os encontros partidários nos níveis municipal, estadual e nacional;
- Cobrar das bancadas petistas nas casas legislativas e dos nossos parlamentares com atuação em comissões de trabalho, previdência, orçamento e temas correlatos com o mundo do trabalho que passem a ter uma relação mais próxima e institucional com o Movimento Sindical;
- Cobrar das instâncias de direção partidária que orientem os gestores petistas a implementarem mesas de negociação permanente nas três esferas de poder, assim como que as nossas administrações incorporem as propostas da CUT de combate às práticas anti-sindicais.

### **3) O que Vamos Defender no Interior do Movimento Sindical**

Não podemos, e não queremos, criar uma “camisa de força” para a militância, mas compreendemos que são necessários alguns pontos estratégicos consensuais em torno dos quais a atuação dos petistas se dêem. Esses pontos podem ser tanto bandeiras de luta que nos unifiquem como posições semelhantes dentro da central. Precisamos retomar o orgulho de nos apresentarmos nos movimentos sociais com cara própria, defendendo propostas e contribuindo com o avanço das lutas com nossas experiências. Somos a favor de reformas que ampliem os direitos dos trabalhadores e a democracia, valorizem o trabalho e promovam distribuição de renda. Em hipótese alguma aceitaremos qualquer redução de direitos, em especial no que diz respeito ao direito de greve e à livre organização sindical. Nesse sentido, nos propomos a lutar por:

- Fim do Imposto Sindical, de maneira que a contribuição dos trabalhadores aos seus sindicatos seja resultado da ação da entidade, sua capacidade de organização e negociação e não devido a imposições legais;
- Direito irrestrito de negociação e greve, contra o interdito proibitório; combate às práticas anti-sindicais em âmbito federal, estadual, municipal, na iniciativa privada e no Poder Judiciário;
- Federalização dos crimes contra sindicalistas e anistia aos trabalhadores, da administração direta, de estatais e da iniciativa privada demitidos por suas atividades sindicais;
- Revogação da resolução 9/96, que limita os direitos dos trabalhadores;
- Ratificação das convenções 87, 151 e 158 da OIT que tratam da liberdade e autonomia sindical;
- Garantia, por lei, de organização nos locais de trabalho;
- Contrato Coletivo Nacional, promovendo isonomia salarial e evitando a migração de empresas para regiões menos organizadas, com o objetivo de superexplorar os trabalhadores;
- Desenvolvimento de uma política para os trabalhadores informais;
- Regulamentação do artigo 40 da Constituição Federal para os trabalhadores em áreas insalubres ou perigosas;
- Apoio às greves dos serviços públicos e privados;

- Implementação da Convenção 138 da OIT, que estabelece a idade mínima para começar a trabalhar;
- Implementação das convenções 29, 100, 111 e 115 que tratam da discriminação racial no trabalho;
- A Conferência Sindical Nacional reivindica que os militantes anti-racismo que participarão através das suas entidades do VI ENSAR defendam a construção da Secretaria de Combate ao Racismo na CUT;
- Impedimento a qualquer forma de discriminação no trabalho;
- Redução da jornada de trabalho sem redução de salários;
- Que os Programas de Demissão Voluntária – PDVs no serviço público ou na iniciativa privada só se efetivem se resultado de acordo com o sindicato da categoria, decidido em assembléia;
- Reforçar a campanha do partido pela humanização das relações de trabalho
- Previdência pública universal, com ampliação de direitos e fim do fator previdenciário;
- Cobrança dos devedores da Previdência Social;
- Apoio às lutas gerais dos aposentados;
- Aprovação de uma Reforma Tributária que desonere a produção e as pessoas físicas, cobrando mais de quem tem mais, menos de quem tem renda média e isentando uma quantidade maior de cidadãos que ganham menos, sem que haja redução no recolhimento do FGTS e INSS;
- Taxação das grandes fortunas e heranças, encabeçando uma campanha de massas para buscar apoio de outros segmentos sociais, exigindo maior rigor na taxação do capital financeiro e para que a contribuição dos empregadores seja sobre o lucro, aumentando a arrecadação da Previdência, incentivando a formalização das relações de trabalho e a contratação de novos trabalhadores;
- Ampliação do Conselho Monetário Nacional – CMN, democratizando as decisões sobre taxa de juros e investimento do País, que, no nosso entendimento, não têm caráter apenas técnico, mas de opções de política econômica;
- Por um serviço público de qualidade, combatendo qualquer forma de terceirização e privatização no serviço público (inclusive as Fundações Estatais e Organizações Sociais de Direito Privado);
- Combater qualquer outra forma de contratação no serviço público que não seja feita através de concurso público e, na forma do regime jurídico único;
- Qualificação e requalificação dos trabalhadores em serviços públicos e contra a retirada de quaisquer direitos;
- Reforma política e do Poder Judiciário, combate à corrupção, pela ética e transparência dos poderes executivos, legislativo e judiciário;
- Ampla campanha em defesa dos bancos públicos federais, combate à reestruturação do Banco do Brasil;
- Suspensão imediata dos leilões de petróleo;
- Engajamento na construção do plebiscito pela anulação da privatização da Companhia Vale do Rio Doce;
- Valorização da escola pública e da qualidade de ensino, contra qualquer forma de privatização do ensino público, promovendo uma mobilização nacional envolvendo a sociedade civil organizada, garantindo-lhe espaços de participação e fiscalização;
- Consolidação do SUS - Sistema Único de Saúde - com base no fortalecimento dos princípios de unidade, integralidade, equidade e controle social. Contra as formas diretas - e indiretas - de terceirização dos serviços de saúde, inclusive através das chamadas organizações sociais ou fundações estatais;
- Construção de mecanismos de participação e controle popular, dos trabalhadores e usuários, de maneira a impedir gestões autoritárias como de algumas super intendências do INSS, DRTs, etc.
- Integração dos povos da América Latina, que poderá se dar através do Mercosul, promovendo uma discussão aprofundada para que este se torne um instrumento de integração solidária dos povos, construção de nações soberanas, de melhora das relações de trabalho no continente e defesa do meio ambiente;

- Defesa do meio ambiente, saúde dos trabalhadores e da população em geral, vítimas da degradação ambiental;
- Pelos direitos humanos, contra a violência policial e a promiscuidade entre as forças de repressão e os interesses de empresas privadas;
- Convocação, pela sociedade civil organizada e o governo federal, de uma Conferência sobre a Democratização dos Meios de Comunicação;
- Formação de um Conselho da TV pública composto de representantes da sociedade civil organizada e não apenas de “notáveis”, como consta na proposta original;
- Engajamento na construção e fortalecimento da CMS (Coordenação dos Movimentos Sociais).

#### **4) Estratégias para Renovação das Lideranças Sindicais do PT**

Um dos grandes problemas que enfrentamos entre a militância sindical petista é o envelhecimento das lideranças. Já é grande o número de dirigentes sindicais com mais de 50 anos, aposentados ou em vias de se aposentar. Por outro lado, a entrada de novos militantes tem sido menor do que o necessário para substituir os veteranos.

É urgente para a sobrevivência das nossas propostas políticas – do Movimento Sindical e do PT - a renovação das lideranças. Para tanto, é necessário que sejam desenvolvidas ações coordenadas para aproveitar o potencial dos jovens petistas com atuação no movimento sindical. Assim, devemos desenvolver as seguintes ações no âmbito do partido e da central:

- Criar mecanismos e instâncias de participação efetiva dos jovens nos sindicatos e nas instâncias sindicais superiores, possibilitando que o tema da juventude seja prioritário;
- Investimento em atividades culturais e esportivas nos sindicatos;
- Oferecimento de cursos e seminários de formação profissional e política, de maneira a qualificar os novos quadros políticos;
- Abertura de espaço nas organizações por local de trabalho, na diretoria dos sindicatos e da CUT para os jovens;
- Absorção das bandeiras de luta da juventude pelo movimento sindical;
- Estreitamento da relação do movimento sindical com as organizações juvenis, tais como a UNE, a UBES, o movimento Hip Hop etc.
- Criação (ou fortalecimento) de instâncias específicas nos sindicatos e da CUT, que tratem da questão da juventude;
- Investir na formação político-ideológica dos militantes petistas como mecanismo de renovação de mentes e corações.